

Brasil ameaça não pagar aos bancos

NELSON OLIVEIRA

BRASÍLIA — O pagamento da dívida brasileira aos bancos privados internacionais poderá ser retomado somente no próximo Governo, caso os credores insistam em não liberar as últimas parcelas dos empréstimos já contratados com o País. A informação foi dada ontem pelo Diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore. Ele considerou setembro próximo, mês em que vencem quase US\$ 2 bilhões em débitos brasileiros, o prazo fatal para uma decisão favorável dos credores.

— Se eles só querem liberar dinheiro ao próximo Governo, terão que receber os juros também do próximo Governo — afirmou Lore.

O Diretor do BC acha que a crise da dívida está sendo muito bem conduzida pelo Governo, que tem caixa para se manter por tempo razoável, uma vez que os pagamentos ao exterior estão sendo retidos no BC.

— A soberania (nacional) é a razão de estarmos agindo assim — disse o Diretor do BC. Segundo ele, se não houver flexibilização, “em setembro teremos a oportunidade de assistir a grandes decisões”.

Lore e o Secretário para Assuntos

RECURSOS PROMETIDOS AO BRASIL PARA 1989

Bancos Privados — US\$ 600 milhões

Fundo Monetário Internacional (FMI) — US\$ 1 bilhão

Fundo Nakasone/Governo japonês — US\$ 1,5 bilhão

Total — US\$ 3,1 bilhões

PREVISÃO DE PAGAMENTOS NO SEGUNDO SEMESTRE

Bancos Privados — US\$ 4,4 bilhões

FMI, Banco Mundial e BID — US\$ 1,160 bilhão

Clube de Paris — US\$ 1,153 bilhão

Total — US\$ 6,7 bilhões

Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, viajam esta semana para Washington, onde tentarão obter do FMI, do Banco Mun-

dial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) acordos que viabilizem a concretização de empréstimos dessas institui-

ções ao Brasil. No caso do FMI e do Bird, os acordos são mais importantes porque os credores privados dependem do aval das duas instituições para colocar à disposição do Brasil os US\$ 600 milhões que deveriam ter entrado no caixa do País em abril.

Ao FMI, em particular, os dois negociadores brasileiros vão pedir a dispensa do cumprimento da meta de déficit público operacional para 1989, estipulada no acordo firmado em 1988. O Governo brasileiro se comprometeu a manter o déficit em 2% do Produto Interno Bruto (PIB), mas informações oficiais já dão conta de um déficit de 5,6% do PIB.

Arnim Lore entende que há muita negociação a ser feita antes que o Brasil suspenda de vez os pagamentos aos credores. Desde a centralização cambial, em 30 de junho, o BC não fez nenhuma remessa de juros aos credores privados. Apenas o Clube de Paris (governos credores), começou a receber, parceladamente, os US\$ 812 milhões em atraso.

Dificilmente, os credores privados receberão juros até setembro, já que o Banco Central tem como prioridade pagar primeiro o Clube de Paris, o FMI e o Banco Mundial. Os bancos têm a receber US\$ 230 milhões este mês; US\$ 130 milhões em agosto; e quase US\$ 2 bilhões em setembro.